



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2356 - Pôster - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

EDUCAÇÃO DE MULHERES PRESIDÁRIAS EM CAMPINAS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IMPACTOS SOCIAIS
Bárbara Jhose Alves Pereira - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

Paulo Freire nos traz o método que funda a educação de cunho popular e libertadora e buscar no cotidiano das prisões o conhecimento que move os indivíduos e anima a existência se constitui em um grande desafio.

Assim, esse trabalho que começa a ser empreendido procurará saber qual a prática docente que se adota no presídio feminino de Campinas nos diferentes projetos e quais relações que as alunas estabelecem entre o processo ensino aprendizagem (antes e depois de presas) e as expectativas futuras.

O objetivo geral do trabalho, que será desenvolvido ao longo do mestrado, consiste em analisar a prática dos professores que ministram aulas no presídio feminino de Campinas como princípio do desenvolvimento da criticidade das alunas. Para tanto, a pesquisa deve ser desenvolvida com base na abordagem qualitativa com utilização do método etnográfico. Uma vez que este busca o cotidiano do local a ser estudado, por meio da atividade de campo.

Palavras - chave: Paulo Freire, EJA prisional, prática docente, mulheres encarceradas.

EDUCAÇÃO DE MULHERES PRESIDÁRIAS EM CAMPINAS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E IMPACTOS SOCIAIS

A partir das leituras de Paulo Freire que serviram de base para este trabalho, se observa que a alfabetização é um projeto político. Resgatando o autor como base teórica para análise da educação de jovens e adultos na penitenciária feminina de Campinas se verá que, ao menos no documento que rege o plano estadual de educação nas prisões para o biênio de 2015 e 2016, algo da Pedagogia de Paulo Freire está presente.

A partir do local do qual falamos, qual seja, a penitenciária feminina de Campinas, nossa análise versará sobre a educação ministrada em consonância ou não com as práticas educativas libertadoras e como as mulheres reagem a ela.

Assim, se buscou na literatura acadêmica trabalhos que dizem respeito à prática docente em Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional e à educação no sistema carcerário. Na busca por produções que trouxessem o tratamento dos eixos citados conjuntamente, se observou baixa incidência destas obras. Menos ainda no que diz respeito ao que fora produzido sobre educação de mulheres encarceradas. Portanto, se elaborou relações a partir do trabalho de Paulo Freire sobre educação libertadora com a educação no sistema carcerário tendo por base textos diversos; inclusive documentos oficiais.

Paulo Freire nos traz uma categoria importante para compreensão do cerne da proposta de uma educação libertadora. Trata-se do conceito “ ‘bancário’ da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guarda-los e arquivá-los.” (Freire, 2014, p.81).

Desta forma, o objetivo principal que se coloca é o de superar essa concepção opressora e alienante de educação, em que há um educador que se coloca como único detentor do saber privando o educando de também se colocar no papel de educador, tal como Freire (2014) quando evoca a dialética hegeliana a respeito do escravo e o educador.

Historicamente a educação nos presídios começou a ser ministrada de forma análoga ao que se desenvolvia nas escolas regulares do estado, porém logo se observou a inviabilidade de se manter práticas semelhantes e a entrada da “Fundação Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – FUNAP em parceria com a Fundação Mobra – Movimento Brasileiro de

Alfabetização- e a Fundação Roberto Marinho, tal como nos lembra Portugues (2001), por volta do início da década de 1980; trouxe uma organização escolar mais adequada à educação de jovens e adultos.

A dinâmica que perpassa a vida na penitenciária, prenhe de contradições, dominação e resistência; demanda uma educação que se coloque firme e “não descuide da vocação ontológica do homem, a de ser sujeito” (Freire, 1979, p. 66 apud Portugues, 2001) e no que diz respeito a prática pedagógica o autor traz a contribuição de Gadotti (1993), em que: “A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, saber trabalhar as contradições à exaustão”.

Assim, se expôs até o momento, qual a expectativa e um traço histórico da prática educativa nas prisões. Como foi dito, não se observou obras que tratassem da prática educativa nas prisões femininas levando em conta a relação dos sujeitos com tais práticas docentes. Mas seguimos, explanando o que fora observado em documentos oficiais e algo sobre as peculiaridades do universo feminino, em prisão e no âmbito social como um todo.

O Plano Estadual de Educação nas Prisões para o estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2015.) traz como princípios fundamentais e balizadores da educação nos presídios: a centralidade nos sujeitos, em que o conhecimento se relaciona diretamente com o processo de conscientização; a dialogicidade expressa na relação professor - aluno que ocorre horizontalmente desenvolvendo o conhecimento de si e também a elaboração de crítica, assim como a valorização da cultura.

Segundo levantamento prévio do documento acima referido, a região metropolitana de Campinas conta com 2 Centros de Detenção Provisória (CDP), 2 Centros de Progressão Penitenciária (CPP) e 3 penitenciárias. Na cidade de Campinas há 1 CDP, 1CPP e 1 penitenciária. Todavia, o foco deste trabalho está nas práticas educativas dirigidas na penitenciária feminina de Campinas, a única existente na cidade.

Ao fim do período de execução do documento que rege a educação no sistema prisional, a penitenciária feminina de Campinas tinha 950 mulheres presas onde eram atendidas 46 alunas de ensino fundamental em 2 salas de aula.

A respeito das práticas pedagógicas, o Plano Estadual de Educação nas prisões para o estado de São Paulo nos relata que o trabalho do professor deve levar em conta os conhecimentos acumulados durante a vida dos educandos. O documento propõe que a prática pedagógica nos espaços de detenção também deva conter situações de aprendizagem livres, em que o diálogo seja preponderante.

“Um currículo que norteie trabalhos em educação prisional deve ter os saberes, sabores, travos e ranços das diversas experiências vividas não só pelos detentos, mas também pelos professores [...] As atividades educacionais devem ser livres, e a grande metodologia deve ser a do diálogo, o que exige despojamento das crenças e dos preconceitos”. (CÂMARA apud SÃO PAULO, 2015).

Essas características coadunam com a dialogicidade em Paulo Freire e a prática educativa libertadora elaborada pelo autor.

Ser educador nas instituições de restrição da liberdade, conforme aponta Portugues (2001) implica em lidar diuturnamente com contradições e conflitos; burlando essas relações e aspectos da vida social dentro dos presídios.

O crescente aprisionamento feminino no Brasil é um dos fatores para preocupação de se realizar o recorte de gênero. Porque enquanto o aprisionamento masculino cresceu 220,2%, entre os anos 2000 e 2014, o número de mulheres encarceradas aumentou 567,4%, no mesmo período, alcançando 37.380 mulheres privadas de liberdade no país. (DIUANA, CORRÊA & VENTURA, 2016).

Ademais, o texto das autoras nos expõe que a maior parte delas: são jovens, negras e pardas, pobres, com baixa escolaridade e vivendo nos bairros mais carentes das grandes cidades. Delas, 68% foram presas por crimes relacionados ao tráfico de drogas, muitas vezes por morarem junto com os companheiros e filhos em casas onde as drogas estavam sendo guardadas ou ainda por estarem levando drogas para o companheiro ou filho na prisão. (DIUANA, CORRÊA & VENTURA, 2016).

Desta forma, a partir dos estudos de Grisci (1995) a respeito das peculiaridades que moldam ideologicamente a mulher como naturalmente inclinadas à função materna e a repressão da sexualidade, num processo ideológico alicerçado na relação de dominação masculina; se tem no gênero feminino um campo de estudo ainda pouco explorado nas literaturas sobre a educação das mulheres encarceradas e as especificidades do gênero no ambiente da prisão.

OBJETIVOS

O objetivo principal está em analisar a prática dos professores que atuam no presídio feminino de Campinas e nela qual o fio condutor do processo ensino-aprendizagem.

Como metas específicas estão: a identificação e compreensão das especificidades referentes à prática docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a contribuição do estudo sobre EJA prisional para ampliação do escopo teórico nessa área específica da educação; a colaboração para elaboração de práticas educativas em EJA que se relacionem com os anseios de grupos privados de liberdade buscando a humanização destes e a sensibilização quanto às expectativas ligadas à educação das mulheres encarceradas.

METODOLOGIA

A pesquisa deve ser desenvolvida com base na abordagem qualitativa e quantitativa com utilização do método etnográfico. Uma vez que este busca no cotidiano do local a ser estudado, por meio da atividade de campo, “o significado que as ações e eventos estabelecem para as pessoas ou grupos” (Tezani, 2004, p.56).

Buscar-se-á realizar entrevistas com os professores para submeter à acareação as teorias a respeito do trabalho dos docentes com a pedagogia de Paulo Freire, assim como as concepções de mundo das detentas acrescidas da apreciação dos documentos relativos à temática e a análise do universo feminino mediante situação de restrição da liberdade.

HIPÓTESES

A partir da análise realizada com base na bibliografia referenciada; partiremos do princípio que os documentos relativos às práticas pedagógicas nas prisões refletem a realidade do ato pedagógico preponderante na penitenciária feminina. Desta forma, a despeito dos conflitos presentes nas unidades prisionais o processo ensino aprendizagem ocorreria estimulando novas formas de agir, ser e pensar o mundo.

Tal pressuposto repousa no debate a respeito da natureza de um projeto pedagógico, que se trata do vivido e do escrito sobre o que efetivamente ocorre nas unidades educacionais. Seria, portanto um importante documento para marcar posição, discutir e avaliar as práticas pedagógicas da escola como nos coloca Silva (2012).

Para Julião (2010): “a penitenciária é uma sociedade dentro de uma sociedade”. Assim, há que se problematizar que a prática social que devemos ter por referência é aquela da sociedade livre. Porém, se tomamos a penitenciária como lugar onde há um controle e características próprias, estas devem também tomar parte do processo ensino-aprendizagem.

Destarte, aliando a prática social que deve estar contida na pedagógica em EJA prisional e os mecanismos de controle, a rotina e outras peculiaridades dos presídios femininos; se tem um esboço do que poderiam ser os elementos de uma prática pedagógica em EJA prisional, minimamente representativa e próxima à vida do grupo ao qual se destina, sem com isso estabelecer baixa expectativa e parâmetros em relação às mulheres encarcerados.

Referências bibliográficas

DIUANA, V; CORREA, M.C.D.V; VENTURA, M. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.27, nº3, p.727-747, jul. 2017.

Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312017000300727&script=sci_abstract&lng=pt > Acesso em: 15 Jan. 2018.

Freire, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 58ª ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GRISCI, C. L. I. Mulher – mãe. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 15, nº 1-3, p. 12-17, 1995.

Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931995000100003 >. Acesso em: 15 jan. 2018.

JULIÃO, Elinaldo Fernandes. A ressocialização através do estudo e do trabalho no Sistema Penitenciário Brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 529-596, set./dez. 2010.

PORTUGUES, Manoel Rodrigues. A educação de adultos presos. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374. jul./dez. 2001.

SAO PAULO. Plano Estadual de Educação nas prisões 2015 -2016. São Paulo: Secretaria de Estado da Educação/ Secretaria de Administração Penitenciária, 2015.

SILVA, Vandr  Gomes da. **Projeto pedagógico e qualidade do ensino público: algumas categorias de análise.** **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 42, n. 145, p. 204-225, abr. 2012 . Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 de mai. 2018

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. **As Interfaces da pesquisa etnográfica na educa o.** Linhas Revista do Programa de Mestrado em Educa o e Cultura. Florianópolis (SC): UDESC. v. 5, n. 1, p. 107-122. Jan./Jun. 2004.